



SEMED Campo Grande
Professor de Educação Infantil

LÍNGUA PORTUGUESA

Leitura e interpretação de texto.	1
Tipologia e gêneros textuais.....	5
A língua e suas modalidades.....	16
Discurso direto, indireto, indireto livre.	16
Intertextualidade.	20
Coesão e coerência textuais.	22
Funções da Linguagem: Fática, Conativa (ou apelativa), Poética, Referencial (informativa ou cognitiva), Emotiva (ou expressiva), Metalinguística.	24
Acentuação gráfica.....	26
Emprego do sinal indicativo de crase.	28
Ortografia.	29
Classes de palavras.	31
Período composto: coordenação, subordinação e orações reduzidas.	42
Pontuação.	47
Significação das palavras: homonímia e paronímia.	51
Concordância nominal, concordância verbal,.....	52
regência verbal e regência nominal.....	54
Uso de “há” (verbo) e “a” (preposição). Uso de onde e aonde.	56
Uso dos porquês	57
Exercícios.....	58
Gabarito.....	68

RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICO

Noções de lógica. Estruturas lógicas e diagramas lógicos. Valores lógicos das proposições.. Conectivos. Tabelas-verdade.	1
Lógica de argumentação.	7
Sequências e séries.	8
Correlação de elementos	10
Raciocínio analítico.	14
Exercícios.....	17
Gabarito.....	22

SUMÁRIO



LEGISLAÇÃO BÁSICA DA EDUCAÇÃO

Lei n. 12.796/2013 (Formação dos profissionais da educação).....	1
Lei n. 13.632/2018 (Educação e aprendizagem ao longo da vida)	3
Lei n. 14.191/2021 (Modalidade de educação bilíngue de surdos).....	4
Lei n. 13.234/2015 (Identificação, cadastramento e atendimento de alunos com altas habilidades ou superdotação)	5
Lei n. 13.803/2019 (Notificação de faltas escolares ao Conselho Tutelar)	6
Lei n. 13.663/2018 (Prevenção e combate à violência e promoção da cultura de paz).....	6
Lei n. 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência).....	7
Lei n. 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente)	38
Lei n. 9.795/1999 (Política Nacional de Educação Ambiental).....	103
Exercícios	108
Gabarito	112

EDUCAÇÃO BRASILEIRA – TEMAS EDUCACIONAIS E PEDAGÓGICOS

Plano Municipal de Educação	1
Plano Nacional de Educação	81
Ensino a distância	86
Metodologias Ativas.	89
Ensino híbrido.....	91
Base Nacional Comum Curricular.	93
Avaliação da aprendizagem. Avaliação educacional.....	147
Educação e tecnologia.	149
Teorias da educação.	149
Concepções e tendências pedagógicas contemporâneas	153
Ensino e aprendizagem.	154
Tecnologias da informação e comunicação.	155
Fundamentos da Educação.....	155
Educação inclusiva e diversidade	165
Currículo: planejamento, seleção e organização dos conteúdos.....	176
Planejamento e organização do trabalho pedagógico	193
Programa de Inovação Educação Conectada.	194
Educação para o trânsito.....	195
Educação Ambiental.....	196

SUMÁRIO



Direitos humanos.....	198
LDB e alterações (Lei nº 9.394/96).	202
Referencial Curricular da Reme.	232
Projeto Político Pedagógico.	232
Formação inicial e continuada de professores.....	233
História da Educação Brasileira.	241
Exercícios.....	245
Gabarito.....	262

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Literatura Infantil.....	1
Construção do conhecimento e o desenvolvimento da criança segundo Piaget, Vygotsky e Wallon.	3
Psicologia genética: desenvolvimento das estruturas cognitivas da criança e suas implicações práticas pedagógicas. O desenvolvimento da criança nos aspectos: intelectuais, sociais e emocionais. Desenvolvimento e Aprendizagem	17
Pensamento e Linguagem.....	41
Processos de Socialização.....	47
Brinquedos e Brincadeiras	52
Conhecimentos sobre Educação Infantil.....	86
Currículo na Educação Infantil.	95
Cuidar e educar	116
Educação Infantil, infância e criança: história e concepções	119
Exercícios.....	122
Gabarito.....	130

SUMÁRIO



Língua Portuguesa

Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio no texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa incorreta.

(A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.

(B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.



Raciocínio Lógico e Matemático

Raciocínio lógico é o modo de pensamento que elenca hipóteses, a partir delas, é possível relacionar resultados, obter conclusões e, por fim, chegar a um resultado final.

Mas nem todo caminho é certo, sendo assim, certas estruturas foram organizadas de modo a analisar a estrutura da lógica, para poder justamente determinar um modo, para que o caminho traçado não seja o errado. Veremos que há diversas estruturas para isso, que se organizam de maneira matemática.

A estrutura mais importante são as **proposições**.

Proposição: declaração ou sentença, que pode ser verdadeira ou falsa.

Ex.: Carlos é professor.

As proposições podem assumir dois aspectos, verdadeiro ou falso. No exemplo acima, caso Carlos seja professor, a proposição é verdadeira. Se fosse ao contrário, ela seria falsa.

Importante notar que a proposição deve afirmar algo, acompanhado de um verbo (é, fez, não notou e etc). Caso a nossa frase seja “Brasil e Argentina”, nada está sendo afirmado, logo, a frase não é uma proposição.

Há também o caso de certas frases que podem ser ou não proposições, dependendo do contexto. A frase “ $N > 3$ ” só pode ser classificada como verdadeira ou falsa caso tenhamos algumas informações sobre N, caso contrário, nada pode ser afirmado. Nestes casos, chamamos estas frases de sentenças abertas, devido ao seu caráter imperativo.

O processo matemático em volta do raciocínio lógico nos permite deduzir diversas relações entre declarações, assim, iremos utilizar alguns símbolos e letras de forma a exprimir estes encadeamentos.

As proposições podem ser substituídas por letras minúsculas (p.ex.: a, b, p, q, ...)

Seja a proposição p: Carlos é professor

Uma outra proposição q: A moeda do Brasil é o Real

É importante lembrar que nosso intuito aqui é ver se a proposição se classifica como verdadeira ou falsa.

Podemos obter novas proposições relacionando-as entre si. Por exemplo, podemos juntar as proposições p e q acima obtendo uma única proposição “Carlos é professor e a moeda do Brasil é o Real”.

Nos próximos exemplos, veremos como relacionar uma ou mais proposições através de conectivos.

Existem cinco conectivos fundamentais, são eles:

$\wedge$: e (aditivo) conjunção

Posso escrever “Carlos é professor e a moeda do Brasil é o Real”, posso escrever $p \wedge q$.

v: ou (um ou outro) ou disjunção

$p \vee q$: Carlos é professor ou a moeda do Brasil é o Real

$\dot{\vee}$: “ou” exclusivo (este ou aquele, mas não ambos) ou disjunção exclusiva (repare o ponto acima do conectivo).

$p \dot{\vee} q$: Ou Carlos é professor ou a moeda do Brasil é o Real (mas nunca ambos)

$\neg$ ou $\sim$: negação

$\sim p$: Carlos não é professor

$\rightarrow$: implicação ou condicional (se... então...)

$p \rightarrow q$: Se Carlos é professor, então a moeda do Brasil é o Real

$\square$: Se, e somente se (ou bi implicação) (bicondicional)

$p \square q$: Carlos é professor se, e somente se, a moeda do Brasil é o Real



Legislação Básica da Educação

LEI Nº 12.796, DE 4 DE ABRIL DE 2013.

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º

.....
XII - consideração com a diversidade étnico-racial.” (NR)

“Art. 4º

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, organizada da seguinte forma:

- a) pré-escola;
- b) ensino fundamental;
- c) ensino médio;

II - educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade;

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria;

.....

VIII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

.....” (NR)

“Art. 5º O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo.

§1º O poder público, na esfera de sua competência federativa, deverá:

I - recensear anualmente as crianças e adolescentes em idade escolar, bem como os jovens e adultos que não concluíram a educação básica;

.....” (NR)

“Art. 6º É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade.” (NR)

“Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.

.....” (NR)



PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CAMPO GRANDE/MS PME 2015-2025

LEI n. 5.565, DE 23 DE JUNHO DE 2015.

APROVA O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE - MS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu, GILMAR ANTUNES OLARTE, Prefeito Municipal de Campo Grande, Capital do Estado de Mato Grosso do Sul, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Educação - PME do município de Campo Grande/MS, com vigência até 2025, de acordo com o estabelecido no Plano Nacional de Educação, na forma do Anexo, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 214 da Constituição Federal, em consonância com a Lei Federal n. 13.005/2014 que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE) e a Lei Estadual n. 4.621/2014 que aprovou o Plano Estadual de Educação (PEE - MS).

Parágrafo único. Fica estabelecido que o quantitativo proposto nas metas e o prazo para o seu cumprimento, deverão estar em consonância com aqueles definidos pela Lei Federal n. 13.005/2014 que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE).

Art. 2º São diretrizes do Plano Municipal de Educação (PME):

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade da educação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - valorização dos (as) profissionais da educação;

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º As metas e estratégias previstas no Anexo desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência da Lei Federal n. 13.005/2014 que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE) e, serão objeto de monitoramento e acompanhamento contínuo e de avaliações bianuais, realizados pela Comissão Municipal de Monitoramento e Avaliação do PME/Campo Grande/MS - CMMAPME, constituída pelo Poder Executivo, por meio da Secretaria Municipal de Educação, e instituída em Diário Oficial do Município, com a participação das seguintes instâncias:

I - Secretaria Municipal de Educação;

II - Comissão de Educação do Poder Legislativo Municipal;

III - Conselho Municipal de Educação;

IV - Fórum Municipal de Educação;

V - Secretaria de Estado de Educação;

VI - Ministério Público;



Conhecimentos Específicos

As primeiras publicações de livros infantis no Brasil foram, principalmente, traduções de livros europeus. Os primeiros exemplares editados em nosso país datam do início século XIX.

No século XIX, em 1886, tivemos a publicação do livro *Contos infantis*, de Júlia Lopes de Almeida e Adelina Lopes Vieira. No início do século XX, foram publicados *Contos pátrios* (1904), de Olavo Bilac e Coelho Neto e *Saudade* (1919), de Tales de Andrade.

Um autor que mudou o rumo da literatura infantil no Brasil foi Monteiro Lobato, que iniciou sua carreira em 1921, com *Narizinho Arrebitado*. Com um olhar pioneiro, muito por aquilo que observou em suas viagens aos Estados Unidos, Monteiro Lobato sentiu que a literatura infantil no Brasil precisava ser revitalizada e potencializada.

Na década de 1960 a publicação de livros infantis aumentou, graças a um maior número de programas de incentivo, assim como um maior investimento da iniciativa privada. Esse aumento se deveu ao desenvolvimento do comércio especializado e migração de escritores renomados que passaram a investir nesse campo, como Vinícius de Moraes, Cecília Meireles e Clarice Lispector.

Em 1977 *Pivete*, de Henry Correia, causou certo alvoroço. Esse livro abordava temas considerados tabus, o que se diferenciava bastante dos livros mais comerciais, que apresentavam crianças obedientes e passivas.

Mas também houve autores que se utilizaram do humor, modificando contos de fadas, apresentando outros desfechos para esse tipo de história, como a obra *História meio ao contrário*, de Ana Maria Machado.

Durante a década de 1970 muitos gêneros se expandiram comercialmente, como a ficção científica e o mistério policial. Podemos destacar *O gênio do crime* (1973), de João Carlos Marinho e *O fantástico homem do metrô* (1979), de Stella Carr.

Mas não foi somente o gênero conto, ou o romance, que tiveram destaque. A poesia para crianças também passou a ser publicada, como os livros *Ou isto ou aquilo* (1964), de Cecília Meireles, *Pé de pilão* (1968), de Mario Quintana.

Durante a década de 1980 houve um maior investimento na parte gráfica dos livros, os acabamentos passaram a ser mais vistosos, as ilustrações passaram de meros detalhes para elementos fundamentais dos livros. Como destaque, podemos citar *O menino maluquinho*, de 1980, escrito por Ziraldo, um sucesso que se estende até os dias atuais. A partir desse momento a linguagem verbal passou a dividir o protagonismo com a linguagem não verbal, como os elementos gráficos, figuras, ilustrações.

Hoje é comum livros infantis também abordarem temas críticos, pois a Lei n.º 1.369/03 instituiu a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica. Muitos livros infantis abordam temas como racismo, diferenças culturais e de gênero, ou até temas que falam sobre sexualidade e violência. Apesar de serem temas tabus e polêmicos, já existem obras que vão por esse caminho, com a ideia de formar cidadãos éticos e conscientes desde a infância.

Autores Infantis e Suas Obras

Ziraldo

O menino maluquinho

Turma do Pererê

O Aspite

Uma professora muito maluquinha

Flicts